

notícias

Memórias de 1997...

O Mosaiko | Instituto para a Cidadania, na altura Centro Cultural Mosaiko, foi oficialmente fundado a 20 de Setembro de 1997, a primeira organização não-governamental a assumir, explicitamente, a promoção dos Direitos Humanos em Angola.



Fotografia | © DR

Num ano também marcado pelo adiamento das eleições parlamentares e por focos de tensão decorrentes da guerra civil, os fundadores que integram os missionários dominicanos: frei João Domingos, frei José Manuel Sebastião e frei Mário Rui Marçal, iniciaram a história do Mosaiko. 24 Anos depois e com mais de 40 funcionários na sua sede em Viana, a grande maioria não esteve no lançamento da organização, mas partilham as suas memórias do ano em que nasceu o Mosaiko.

“Foi o ano em que cheguei a Luanda, tinha sete anos, saí de Sam-ba Cajú, no Kwanza Norte e vim eu e o meu irmão em caravana, demorámos dois dias para chegar ao bairro da Boavista, em Luanda, achei estranha toda aquela movimentação de viaturas, o Roque Santeiro...” Almeida Salvador | Técnico de serviços externos

“Recordo que em 1997 foi o ano em que despertamos para o começo da crise económica e política no Perú, eu tinha 18 anos e estava a iniciar os estudos em Pedagogia e o meu caminho de conversão”. Cecília Prudêncio | Coordenadora do Departamento de Justiça e Direitos Humanos

“Eu tinha 26 anos e estava em Portugal, estudei na Universidade Lusófona, Tradução e Interpretação, fui a primeira aluna negra Africana do meu curso”.

Maria de Jesus Tavares | Secretária executiva

“Em 97, eu já tinha completado o primeiro ano de faculdade de Psicologia, em Lisboa, tinha 19 anos e lembro-me que nesse mesmo ano iniciei-me no associativismo de forma mais comprometida e já sabia que queria sair de Portugal e trabalhar num país não europeu”. Margarida Silva | Coordenadora do Departamento de Formação e Biblioteca

“Eu zungava ovo cozido com jindungo, das sete até às 15 horas, aqui na Estalagem, tinha 38 anos e já na altura os fiscais davam corrida e despejavam o meu negócio”.

Faustina Nativa | Responsável de limpeza

“Eu estava em Ndalatando, no Kuanza Norte, a fazer o aspirantado para ser madre, tinha 19 anos e recordo que as madres só conseguiam viajar até Luanda, se aproveitassem a caravana de carros de transporte de mercadorias e militares e demoravam o dia todo porque a estrada estava péssima”.

Fátima Carneiro | Auxiliar de contabilidade

Texto: **Mandele Rocha**

**Construindo
Cidadania**

Rádio Ecclesia | 97.5 FM
ZAP | Canal 504

Sábado
às 08H30



MOSAICO **inform**⁵²

INFORMAÇÃO SOBRE OS DIREITOS HUMANOS
E O TRABALHO DO MOSAICO | INSTITUTO PARA A CIDADANIA

DIREITOS HUMANOS E MUNDO DIGITAL



Figura em destaque - Pág. 09
EDWARD SNOWDEN



Entrevista - Pág. 10
CIBERNAÇÃO E OS DH



Reflectindo - Pág. 18
CIDADANIA DIGITAL



MOSAICO inForm

FICHA TÉCNICA

PROPRIEDADE

MOSAICO | Instituto para a Cidadania

NIF: 5000359718

Nº DE REGISTO: MCS – 492/B/2008

DIRECÇÃO

Júlio Candeeiro, op
Pedro Ouana, op

SUPERVISÃO

Verónica Pereira

REDACÇÃO

Mandele Rocha
Sílvia Cristina

IMAGEM DE CAPA

Direitos Reservados

COLABORADORES

Bunga Filipe

DESIGNER GRÁFICO

André Cupessala

CONTACTOS

Bairro da Estalagem - Km 12 | Viana

TM: (00244) 912 508 604

TM: (00244) 929 775 815

Caixa Postal 2304 - Luanda | Angola

E-mail: mosaiko@mosaiko.op.org

www.mosaiko.op.org

www.facebook.com/MosaikoAngola

IMPRESSÃO

Imprimarte

TIRAGEM: 2500 exemplares

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

Os artigos publicados expressam
as opiniões dos seus autores, que não
são necessariamente as opiniões do
Mosaiko | Instituto para a Cidadania.

COM O APOIO



índice

MOSAICO INFORM Nº 52 - SETEMBRO 2021
TEMA: DIREITOS HUMANOS E MUNDO DIGITAL

- PÁG. 03 *editorial*
XXXXXXXXXXXX
- PÁG. 04 *informando*
Casos de Violação dos Direitos Humanos Online
- PÁG. 08 *estórias da história*
Tecnologia o Início...
- PÁG. 09 *figura em destaque*
Edward Snowden
- PÁG. 10 *construindo*
Cibernação e os Direitos Humanos
- PÁG. 14 *entrevista*
"Os Dados Pessoais são a nova moeda"
- PÁG. 18 *reflectindo*
Cidadania Digital
- PÁG. 20 *notícias*
Memórias de 1997...



TROCARIA TODA A MINHA TECNOLOGIA
POR UMA TARDE COM SÓCRATES



Steve Jobs



editorial

Que sociedade civil queremos?

Júlio Gonçalves Candeeiro, *op*
Director Geral

Fotografia: ©André Cupessala

Estimado leitor/a

Por sociedade civil entende-se o conjunto de pessoas unidas por um mesmo ideal e que no exercício dos seus direitos, buscam a satisfação de interesses colectivos.

Na base deste conceito está a palavra latina “civis”: cidade, civil ou seja, unidos para garantir a satisfação dos direitos das pessoas junto dos Estados. Para isso, a sociedade civil deve ser não governamental, apartidária, não confessional, económica e financeiramente autónoma.

Em Angola, as dinâmicas da sociedade civil sempre foram marcadas pelo regime político vigente. No tempo do Partido único, a sociedade civil era inexistente. As organizações eram estrangeiras e maioritariamente ligadas à assistência humanitária.

Só em 1991, com o fim do conflito armado e a adopção do multipartidarismo, começaram a surgir Organizações da Sociedade Civil (OSC) angolanas, como é exemplo, a ACA e a ADRA e até mesmo, o Mosaiko, como uma das primeiras organizações a assumir a defesa e promoção dos Direitos Humanos.

Felizmente, quase 30 anos depois e bem mais organizadas, as OCS conseguem estabelecer a sua marca e posicionamento. Cada organização deu e continua a contribuir para a construção de um Estado verdadeiramente democrático e de Direito. Ainda que continue a ser difícil ser membro da sociedade civil.

Nesta edição, o Mosaiko Inform entrevistou um grupo de responsáveis de OSC, com os quais abordou: o seu espaço de participação, incluindo a legalização junto do Estado; as estratégias de financiamento e o impacto das suas acções nas comunidades e na sociedade em geral. Entre os convidados está o Projecto Agir, Associação Mwenho e o Cazenga Verde, como também, o Mosaiko.

A secção Informando, espelha o difícil espaço de actuação das OSC. Apesar de constitucionalmente consagradas, a liberdade de associação, manifestação.... Muitas organizações, sobretudo fora de Luanda, continuam limitadas por agentes do Estado. Ainda persiste a prática do pedido de autorizações para tudo, incluindo o simples exercício da cidadania.

Temos ainda um longo caminho a percorrer, mas existem muitas acções que só mesmo pessoas organizadas foram, são e serão capazes de ajudar a transformar. E como cidadãos não podemos deixar de nos questionar: Que tipo de sociedade civil queremos construir?

Boa leitura!



informando

CASOS DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS ONLINE

“Há um aumento significativo de casos, alguns mereceram a atenção das autoridades, mas muitos ainda sequer são considerados.”

A tecnologia parece ter revolucionado as comunicações interpessoais, aboliu fronteiras, permitindo conectar pessoas num espaço aberto, aparentemente livre e acessível a todos. Num espaço em que as maravilhas aparecem sempre a sobrepor quaisquer malefícios, hoje, quase 30 anos depois do surgimento da rede social, os danos emergem.

As redes sociais são este espaço de intervenção e exposição, onde pessoas anónimas, satisfazem o desejo íntimo de fama, expondo e/ou criando personas que se tornam “virais” instantaneamente. Mas sabe-se agora que a ideia de comunidade interconectada fez menos amigos verdadeiros do que o aludido e afetou, substancialmente, todo o tipo de relações entre as pessoas. Hoje, lidamos com dependência de rede social, psicoses, bullying, suicídio, burlas e roubos, destruição ou usurpação de identidade...

A exposição online vulnerabilizou pessoas, muitas são alvo de linchamento digital, ou de críticas difamatórias que dificilmente procedem... Somam-se os casos com consequências graves e até fatais, contudo sente-se que as redes sociais continuam a ser um espaço descriminalizado, ainda que potencie a violência, a desinformação e estimule o ódio.

Roubo e burla

A Abedenego Alexandre, 23 anos e estudante universitário, roubaram todo o dinheiro da sua conta bancária. Tudo começou quando recebeu uma mensagem, no Facebook que dizia: “Preciso de ajuda, o meu tio está em Portugal e usa cartão Visa, ele está para mandar 100 mil Kwanzas e a minha conta está com problemas, me manda o teu IBAN agora por favor, ele vai transferir e depois vais-me mandar quando renovar a minha conta”.

Apercebeu-se que a pessoa, era irmão de uma amiga, então Abedenego Alexandre não hesitou e cedeu o seu IBAN. “Continuei a falar com ele, perguntou-me se não tinha dinheiro na conta e eu respondi que não. Disse-me que tinha de ter pelo menos 20 mil Kwanzas para que o valor fosse transferido por ser uma conta Visa. E eu, inocentemente, acreditando na história, coloquei 30 mil Kwanzas na minha conta para tentar ajudá-lo”, revelou acrescentado que a pessoa ainda lhe pediu informações e o contacto telefónico. “Dez minutos depois, liga-me para perguntar se recebi um código no meu telefone e eu disse que sim, pediu-me o código, dei-lhe...”.



Fotografia | © DR

“Ainda é recente a ideia de responsabilizar quem não só vê como partilha, mas já existe legislação que enguandra situações de distribuição e/ou partilha de imagem/vídeo íntimo sem consentimento”

Continuaram a falar por telefone, entretanto a pessoa pediu a Abedenego Alexandre para se dirigir ao multicaixa e seguir as instruções, para finalizar a transferência. “Segui todas as instruções e no fim, disse-me: ‘Foste burlado’ - eu não entendi nada!”.

Só passado alguns minutos é que o jovem percebeu que tinha sido burlado, ao consultar a sua conta bancária viu que estava sem valores. Ainda assim, depois de criar outra conta de Facebook, voltou a ter contacto com o burlador.

“Descobri que a conta que ele usava para se comunicar comigo era uma conta burlada”. A pessoa continuava a pedir-lhe cartões de saldo e chantageava-o, ameaçando que tinha acesso à conta de Facebook e que iria burlar pessoas amigas de Abedenego Alexandre.

“Não liguei e dois dias depois, o que fez comigo, voltou a fazer com dois amigos meus, burlando-os em meu nome”.

Abedenego Alexandre decidiu apresentar queixa nos Serviços de Investigação Criminal (SIC) em Luanda, pensando que o seu caso seria investigado, contudo o polícia pediu-lhe o número de telefone do burlador e ligou para dizer: “Tás a burlar o meu puto porquê, lhe dá já a conta dele...”. Minutos depois, “o polícia chega até mim e diz-me que estava resolvido e que já não poderia chantagear-me. E isso não foi verdade porque até agora ele continua a usar minha conta”.

Entretanto, o jovem voltou ao SIC e apenas foi orientado a tirar o extrato bancário.

CASOS DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS ONLINE

“continuam vulneráveis nesta arena em que se pode refugiar atrás de um monitor para destilar ódio, difamar e destruir a reputação e imagem de outra(o)”



Fotografia | © DR

Mais de 450 casos

Entretanto, em Julho passado, o SIC revelou que estão em tramitação 457 processos-crimes de burla cometidos através de rede social. A tipologia de crimes deste âmbito incluem ameaças, difamação, injúria, calúnia, extorsão/chantagem, uso e abuso de cartão de crédito, débito ou garantia, associação criminosa e assumpção ou atribuição de falsa identidade (perfis falsos).

O porta-voz da Direcção de Combate ao Crimes Informáticos do SIC, Manuel Halaiwa, que falava à televisão estatal, referiu o exponencial aumento do número de casos, revelando que em média, registaram-se oito a dez queixas-crime de burla por semana, cometidas através das redes sociais.

Ódio virtual

O Sebastião José Isabel, 31 anos, residente no Soyo, conhecido por “Eminegro Nkigi A Kianga”, bastou postar no seu perfil: “Eu gosto de vestir bem” e a sua fotografia.

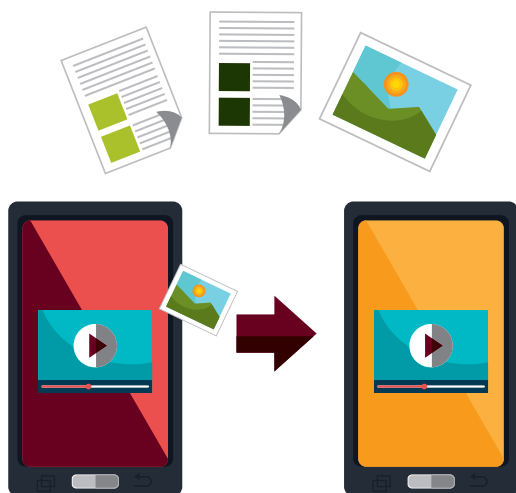
A intenção era ser cómico e houve pessoas que entenderam a piada, mas outras reagiram com comentários ofensivos e “já houve casos em que falaram mal de mim e até a minha própria família me julgou”.



Fotografia | © DR

“Ainda é recente a ideia de responsabilizar quem não só vê como partilha, mas já existe legislação que enquadra situações de distribuição e/ou partilha de imagem/vídeo íntimo sem consentimento”

É tido como certo que figuras públicas são, particularmente visadas e alvo dos “hatters” (odiadores), por diversas vezes, os famosos vêem-se confrontados e afectados por comentários gratuitos de ódio e mesmo dispondo de meios para accionar os mecanismos de defesa e justiça, continuam vulneráveis nesta arena em que se pode refugiar atrás de um monitor para destilar ódio, difamar e destruir a reputação e imagem de outra(o).



Ninguém está livre. Meros desconhecidos, tornam-se “famosos” por razões e circunstâncias absurdas, veja-se o caso jindungo, em 2015, o vídeo que mostra a violação e tortura de uma mulher, vazou nas redes sociais e tornou-se viral. Entretanto, um grupo de mulheres produziu uma nota de repúdio endereçada à Procuradoria Geral da República, o vídeo foi apagado das redes sociais, os envolvidos no crime foram condenados e mais tarde amnistiados.

A vítima regressou às redes sociais algum tempo depois, apresentando-se como uma persona que desvenda segredos e tornou-se conhecida, somando milhares de visualizações das confidências sobre as intimidades de outros. Hoje é tida como uma das influencers mais seguidas em Angola, mas o que faz na verdade, é difamar, colocar em causa o bom nome e destruir a imagem de outros cidadãos.

Partilhar é crime?

O crime online tem a particularidade de não implicar apenas quem comete burla, extorsão, chantagem, difama ou publica comentários de ódio e as vítimas. Ainda é recente a ideia de responsabilizar quem não só vê como partilha, mas já existe legislação que enquadra situações de distribuição e/ou partilha de imagem/vídeo íntimo sem consentimento, sobretudo quando é provado que esta partilha, consequentemente amplia a disseminação e isto contribuir para despoletar o suicídio.

Neste espaço de rede aparentemente social, são testados os limites individuais e colectivos e, é dever de cada um criar regras firmes que assegurem o respeito pela dignidade e direitos humanos de todas e todos que resultem em leis, mas também em comportamento, valor e princípio intransponível. ●

Texto: *Bunga Filipe*

estórias da história

TECNOLOGIA O ÍNICIO...

É difícil imaginar quando tudo começou... Tecnologia é a capacidade de desenvolver conhecimento, sistemas, ferramentas e mecanismos para tornar prático e fácil. Neste sentido, pode-se afirmar que a tecnologia existiu desde de que o ser humano fez fogo, lascou a pedra ou inventou a roda.

Da palavra grega techne que significa arte, capacidade, ofício... A tecnologia foi empregue para dominar os elementos, como o fogo, ar, água e atravessar os mares, ganhar poupando tempo, diminuir o esforço físico, mas também, mental. Estabelecendo assim,

novos ritmos, dinâmicas sociais e tecnológicas evolutivas quase sempre, irreversíveis que marcaram sucessivas revoluções: neolítica (15 a 20 000 a.C), agrícola, urbana (4000 a.C) e a revolução industrial (século XVIII).

Neste percurso em que se começa a pé e da roda, passa-se aos veículos de tracção animal e logo, para os veículos motorizados e o avião, desenvolveu-se a engenharia, mecânica, arquitectura, metalurgia, química, física, telecomunicações... Invenções que aumentaram profusamente após a revolução industrial e provocaram mudanças instantâneas, consecutivas, em permanente superação em todos os sectores.

A velocidade que a tecnologia imprimiu ao curso da humanidade fez-se sentir mais entre os séculos XX e XXI sobretudo devido à materialização da ideia de criar uma inteligência artificial que iguala e/ou supera o cérebro humano. Algo que começou há mais de seis mil anos com o ábaco (5500 a.C usado no Egipto Antigo, Império Romano) e da necessidade simples de calcular rapidamente, chegou-se à ciência da computação.

Hoje a tecnologia parece estar centrada em resolver os problemas que originou com a mecanização das tarefas fomentando a produção em escala e com isso, o esgotamento dos recursos naturais, a poluição dos solos, ar, rios e mares. Neste contexto as soluções tecnológicas estão voltadas para a mitigação e adaptação às alterações climáticas e focadas no prolongamento ou substituição da vida humana dentro e fora do planeta Terra. ●



Fotografia: ©DR

figura em destaque

EDWARD SNOWDEN

“Senti-me no topo do mundo”

De analista de sistemas da Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos, aos 22 anos, a agente da CIA.



Fotografia: ©DR

“Prefiro estar sem Estado do que sem voz”

Edward Snowden nasceu em Elizabeth City, na Carolina do Norte, nos Estados Unidos. Filho de um oficial da guarda costeira e de uma funcionária do Tribunal Federal de Maryland tornou-se agente da Central Intelligence Agency (CIA).

O homem que passou oito anos a aperfeiçoar mecanismos para monitorar pessoas e governos, era um ilustre desconhecido, até que em 2013, com o apoio do jornalista Glenn Greenwald, publicou documentos ultrasecretos que deixavam clara, a vigilância ilegal de cidadãos comuns.

Desde então, Snowden já teve o passaporte cancelado, as autoridades norte-americanas pediram a sua extradição, alegadamente por ter divulgado milhares de documentos secretos, expondo o sistema de vigilância mundial norte-americano.

Hoje com 39 anos, o ex-analista vive exilado em Moscovo com a mulher. É considerado inimigo do Estado norte-americano, uma acusação que pode condená-lo até 30 anos de prisão.

Quando denunciou os abusos da vigilância praticados pelo Estado norte-americano, muitos acusaram-no de ter quebrado o juramento, mas segundo Snowden, os segredos que jurou proteger violavam a Constituição que deveria defender.

“Em todo o mundo, os políticos e as empresas entenderam que podem usar a tecnologia para influenciar num novo nível”, ressaltou o ex-analista defendendo ainda o fim da recolha de dados em massa, realizada

pelos serviços secretos, mas também, por empresas como o Facebook e Google.

“O importante não é só a conquista da terra, além disso queremos garantias de vida digna para todas as pessoas”

Em várias entrevistas, Snowden tem vindo a denunciar o que os governos fazem para deslegitimar o jornalismo, suprimir os direitos humanos e apoiar movimentos autoritários. “O que é real está a ser propositadamente associado ao que é mentira por meio de tecnologias que são capazes de escalar essa fusão a uma confusão global sem precedentes”.

“Se vigiarmos cada homem, mulher e criança desde que nascem até morrerem, podemos dizer que são livres? Isto é muito perigoso. É uma ameaça à democracia”, alertou. ●

Texto: *Bunga Filipe*

construindo

CIBERNAÇÃO E OS DIREITOS HUMANOS

Ciberespaço, cidadania digital, Internet das coisas, vigilância secreta, dados... Um mundo digital com possibilidades infinitas sem governo e com poucas leis ou direitos.

A tecnologia é comumente vista como utilitária e não como algo que governa o ser humano. A praticidade, o conforto e imediatismo da tecnologia digital há muito que ditou a alienação e, consciente ou inconscientemente, a adoção de comportamentos sugestionados, cada vez menos espontâneos e únicos.

Este fenómeno segue o mesmo efeito provocado pelos Mass Media, embora para estes, os Estados tenham estabelecido regras e leis, já para o ciberespaço, a regulação ainda está a dar os primeiros passos. Apesar dos sinais incontornáveis de violação de direitos: a venda dos dados de utilizadores das redes sociais; a manipulação de votos; a disseminação de fakenews (falsa notícia); as fraudes e usurpações de identidade; a propagação de ideias/grupos extremistas; vigilância indiscriminada; proliferação de satélites; dispersão do crédito, escravidão/explooração digital...

Hoje tudo isto é um negócio de biliões de USDólares, capazes de emudecer os que lutam pelos direitos humanos e fundamentais. A expressão BigTech (grandes tecnológicas) é comum nos mercados financeiros e lembra os bancos “to big to fail” (gran-

des demais para falhar) que provocaram o subprime, a crise financeira mundial em 2008. Falharam e o mundo mergulhou numa crise sem precedentes e sem condenações. Agora, as tecnológicas, não são mais que meia dúzia e detém os dados pessoais, corporativos e estatais do mundo inteiro, criaram as suas próprias políticas de gestão e impõem as suas regras e limitações de uso.

“Hoje tudo isto é um negócio de biliões de USDólares, capazes de emudecer os que lutam pelos direitos humanos e fundamentais”



Fotografia: © DR

Dependência dos Estados

A impotência quanto ao controlo dos dados pessoais não atinge apenas o(a) indivíduo(a), a convivência da tecnologia obriga pessoas e Estados a uma dependência que poucos admitem e muito menos reconhecem que se privilegiou o conforto, a facilidade e, quase sempre sem noção da perda de direitos fundamentais e humanos.

A informatização dos serviços mudou radicalmente as interações a nível do funcionalismo público, reduzindo a burocracia é certo, mas também eliminou postos de trabalho, assim como, a exclui pessoas com dificuldade de acesso aos sistemas virtuais.

Para o Estado e para os cidadãos no geral, a agilização dos processos e procedimentos é uma vantagem e não há dúvidas que voltar ao “antigamente” já não é opção, contudo sobre as implicações pouco se pensa. Um exemplo recente, apresentado no relatório global da Human Rights Watch de investigação de tecnologias educacionais, adoptadas por 49 governos para o ensino de crianças durante a pandemia, demonstra como os governos contratualizaram o fornecimento do serviço sem prever a segurança e a protecção dos dados das crianças.

O relatório revela que os 146 produtos de EdTech (Tecnologias de Educação) enviaram os dados pessoais das crianças a 196 empresas que não foram mencionadas no contrato público e sequer estão relacionadas com o sector da educação. Ao todo foram investigados 164 produtos de Educação e apenas 18 não usaram os dados das crianças.

Estes produtos, além de facilitarem a plataforma de sala de aula online, “monitoraram ou tinham capacidade para monitorar as crianças, maioria dos casos secretamente e sem consentimento das crianças ou dos pais, recolhendo dados sobre quem são, onde estão, o que fazem na sala de aula, quem são os seus familiares e amigos que tipo de dispositivo as famílias podem pagar”, lê-se no relatório.

“A maioria das plataformas instalou tecnologia de rastreamento que acompanhou as crianças fora das salas de aula virtuais e ao longo do tempo na Internet. Outros invisivelmente marcaram e registaram as impressões digitais das crianças que são impossíveis de anular – mesmo que os pais e professores estivessem conscientes disso, desejassem e tivessem literacia digital para fazê-lo – sem deixar o dispositivo no lixo”, avança o relatório.

construindo

CIBERNAÇÃO E OS DIREITOS HUMANOS



Fotografia: © DR

Quando os governos contratam serviços, os cidadãos sentem-se obrigados a usá-los e à partida confiam, sobretudo nos Estados Democráticos e de Direito, onde convencionou-se que a garantia e protecção dos direitos é a norma, mas a realidade já demonstrou que esses mesmos Estados elegem governos que usam tecnologia para, por exemplo, fazer vigilância sem autorização prévia em nome da “segurança” e outros, menos democráticos, mas mais autoritários, também costumam bloquear o acesso à Internet...

“Quando os governos contratam serviços, os cidadãos sentem-se obrigados a usá-los e à partida confiam, sobretudo nos Estados Democráticos e de Direito”

Dados pessoais: A matéria-prima

A exploração dos dados pessoais revelou ser um recurso humano digital valioso, gerando vários negócios e muito lucro. Com investimento inicial quase insignificante que pode aumentar para alargar a capacidade exploratória dos dados ou aprimorar a plataforma, seja como for, o lucro supera quase sempre o investimento.

Para as tecnológicas os dados pessoais são matéria-prima extraída através de plataformas, fazem-no sem autorização, compensação ou informação clara sobre o que fazem, como e com quem partilham os dados. O produto de venda é retirado furtivamente, sob a fachada de plataformas que oferecem utilidade, conforto e reputação social. Não esquecendo que uma vez na plataforma, o utilizador é induzido a ter comportamentos que fomentam a criação de novos dados e logo, mais negócio/lucro. É por tudo isto que o termo escravatura digital tornou-se usual na relação entre tecnologia e utilizadores.

“Encontros virtuais que demonstram que não existe tecnologia sem governo e que a tecnologia como a que se conhece hoje, está longe de ser apenas utilitária”

Estado global cibernético ou cibernações?

A esta altura, além da mais que necessária regulação, para proteger direitos e liberdades, é preciso reflectir como a tecnologia permeia a governação dos países, desafia os regimes, sobretudo, o democrático. E obriga a repensar dinâmicas de governação e participação efectiva, assegurando cidadania e governança digitais que respeitem os direitos humanos, de acordo com o padrão estabelecido pela Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

Terá chegado o momento de assumir que o mundo digital não é paralelo nem marginal, existem actos que derivam da informatização dos sistemas públicos administrativos, como a recolha de dados biométricos, votação electrónica, encontros virtuais que demonstram que não existe tecnologia sem governo e que a tecnologia como a que se conhece hoje, está longe de ser apenas utilitária.

A questão é quem efectivamente governa? Os eleitos convencionalmente ou os que recolhem, usam e manipulam os dados? O facto de se anunciarem legislações específicas para delimitar a actuação e perscrutar o comportamento das tecnológicas pode ser um sinal de mudança, resta saber se as iniciativas não sucumbem ao poder dos grandes demais para serem governados. Por outro lado, há que debater a noção de cibernação, quem sabe sem demarcações territoriais, universal tal como a DUDH. ●

Texto: *Mandele Rocha*

entrevista

BULANDA TAPIWA NKHOWANI

“OS DADOS PESSOAIS SÃO A NOVA MOEDA”



Fotografia: ©DR

Num mundo governado por empresas demasiado grandes para processar, a pesquisadora revela como os direitos humanos e digitais são violados com e sem consentimento.

Como é que o mundo digital coloca em risco os direitos humanos?

Primeiro, melhorou. Podemos usufruir dos nossos Direitos Humanos (DH), a liberdade de expressão, reunião ou associarmo-nos com diferentes pessoas online, sem sair de casa, mas temos que concordar que pode colocar em risco os nossos direitos. A tec-

nologia é boa, mas se não sabemos como assegurar os nossos dados pessoais, somos uma presa fácil para os “hackers” ou pessoas mal intencionadas. Se não souber usar devidamente a password, só isso pode destruir a sua vida.

Vejo a tecnologia com um papel complementar aos DH, na medida em que ajuda a desfrutar melhor os

nossos direitos. Creio que é uma questão de aprendermos a usar melhor e sabermos como estar mais seguros online.

Aprendemos a normalizar a perda de direitos. O que aconteceu no início da pandemia e as apps de localização de infectados, este tipo de ideias há 20 anos não seriam permitidas...

Concordo, mas creio que é responsabilidade pessoal aprender o que estas apps oferecem e o que se está a prescindir. É complicado porque queremos ter acesso ao serviço e ninguém lê os termos e condições.

Vimos o que aconteceu com a COVID 19, todo o sistema de vigilância digital implementado, sem sabermos a real extensão dos estragos e que dados estão a recolher. Creio que essas apps continuam a vigiar pessoas, mas quando estamos a ser vigiados, onde podemos encontrar justiça?

Onde?

Temos que concordar que muitas destas apps trabalham, lado a lado, com estruturas governamentais, então se as políticas e estruturas legais não nos protegem, mais uma vez, temos que descobrir onde encontrar justiça.

No Paradigm Initiative temos o Ripoti, uma plataforma de denúncia de violação de direitos digitais. Se as suas comunicações estão a ser interceptadas, sente que há sinais de vigilância ou se alguma app obteve os seus dados e não deveria, pode usar esta plataforma.

Este assunto está a ser largamente discutido, esperamos por políticas e novas estruturas legais e nós, sociedade civil, deveríamos fazer parte desta discussão para chegarmos à forma e rumo que queremos que estas políticas adoptem, porque no fim do dia, estas leis e políticas vão governar-nos.

Somos sobretudo reactivos, mas será possível pensar em políticas e leis preventivas?

Creio que a sociedade civil está preparada para ser proactiva na estruturação destas políticas e leis e quando estiverem a ser desenhadas, aí está a nossa oportunidade. Houve um projecto de lei de direitos digitais e de liberdade que fizemos acontecer na Nigéria, pelo desafio constante que a lei cibernética causou por ser pesada, criminalmente falando e por surgir como 'remédio' para curar os esquemas e fraudes online, mas há uma grande diferença entre criar uma lei para resolver um problema e criar algo para acautelar, prever e de alguma forma, moldar um caminho mais seguro...

Além das fraudes há a manipulação. Como é possível que as empresas tecnológicas façam fortunas capitalizando o controle das acções e os pensamentos das pessoas?

Os dados pessoais são a nova moeda, é muito fácil aproveitarem e usarem as informações dos utilizadores para fins publicitários. Estas e outras formas de usar os nossos dados estão a condicionar a nossa forma de agir e pensar. As directrizes das Nações Unidas para negócio e DH providencia alguma orientação quanto à informação online, privacidade, liberdade de expressão, é um debate progressivo...

Como operar neste espaço governado pelas tecnológicas? Há casos denunciados e processados?

É tudo relativamente novo, a nível da ONU existem já várias acções. Há quatro anos ninguém sonhava enfrentar as telecomunicadoras, creio que dentro de alguns anos estaremos num ponto em que iremos desafiá-las, mas é preciso recordar que isto é negócio, mas estamos esperançosos.

Ainda há muito trabalho a fazer, mas no geral a sociedade civil tem algum temor em enfrentar os gigantes das telecomunicações. Por mais que advogamos para que os nossos governantes criem políticas e estruturas de regulação, eles estão mais interessados nos investi-

entrevista

BULANDA TAPIWA NKHOWANI
 ESCRITORA E PESQUISADORA

mentos. Esperamos que eventualmente, os governantes comecem a olhar para esta questão de forma séria, sobretudo nas suas interações com as empresas.

Se continuarem a ignorar esta situação o que pode acontecer?

É difícil dizer. Agora mesmo vemos uma série de violações de direitos digitais e é assustador pensar onde chegaremos assim. Peço a todos que não ignorem a advocacia nesta área, porque além de estruturas legais, é preciso capacitar, sobretudo os que criam as políticas, os juizes, estes são os responsáveis por assegurar os DH. Os juizes recebem cada vez mais casos de violação dos direitos digitais, maioria tem 60 ou mais anos, como entendem estes casos que ocorrem nas redes sociais?

Os Governos violam os direitos dos cidadãos, usando a tecnologia, como e quem são os alvos preferenciais?

Todos sabemos que a Internet é o último espaço cívico ou democrático. No passado, protestávamos nas ruas, tínhamos encontros presenciais, mas agora, vemos como a Internet melhorou a participação. Posso reclamar algo, denunciar questões locais... A Internet ajuda a melhorar e garantir alguns DH e por isso, registamos muitas ameaças ou ataques neste espaço.

Os mais atacados são os defensores de DH ou dos direitos digitais, activistas... Viu-se como nas redes sociais e na Internet, a Primavera Árabe foi despoletada. Mas também são alvo, os jornalistas, bloggers e todos os que estão envolvidos nesta missão de disseminar informação que alguns poderes não querem que a maioria das pessoas conheça. Mesmo que um jornalista profissional publique uma notícia factual em rede social, é muito fácil que um político diga que é fakenews, mas o que quer dizer na verdade, é que não gosta do conteúdo daquela notícia.

Estas acusações de fakenews é para gerar confusão...

Sim, hoje é muito mais difícil saber quem está a dizer a verdade e quem mente.

Como é feito o controlo do espaço online?

No espaço online há cada vez mais actividades de vigilância, nos relatórios do Citizen Lab, vemos quais os países que praticam vigilância ou têm softwares de vigilância. África do Sul, Zâmbia, Botswana, Zimbabué, não estou certa em relação a Angola*, mas é muito difícil provar, sabemos que está a acontecer e ainda não avançamos até ao nível em que podemos provar e desafiar estas actividades de vigilância.

Por outra, voltamos a ver a interceptação das comunicações. Tivemos um caso na Zâmbia, dois jornalistas comunicavam um com o outro sobre os trabalhos de um partido da oposição, mas só meses depois descobriram que as mensagens que trocavam nunca foram entregues. Então abriram um processo e ficou provado que os serviços secretos desviaram as mensagens trocadas entre os dois jornalistas.

Bloqueios de Internet também são comuns?

Como evitar que a informação seja de domínio público? Como calar as pessoas? Desliga-se o serviço de Internet, de redes sociais ou de blogs. Activistas, defensores dos DH, jornalistas são presos ou detidos por publicarem posts online. Há leis repressivas que não provêm de uma base sã. Aqui na Zâmbia tivemos uma lei cibernética, alguns meses antes das eleições, qual era a pressa para aprovar uma lei cibernética se podíamos esperar e amplificar a discussão depois das eleições... Então passamos também por um bloqueio da Internet.

Processar grandes empresas, provar a vigilância e casos como o de Assange e Snowden parece que não aconteceram. As estruturas de direitos humanos reagiram?

Essa é difícil de responder. Os casos de Assange e Snowden mostram que existe vigilância e todas estas estruturas por detrás. Claro que os nossos governos irão sempre usar o pretexto da segurança nacional, mas até que ponto é proporcionada e necessária? Se sou terrorista e estou sob suspeita, é preciso vigiar-me por um período de tempo, mas vigiar jornalistas, defensores de direitos humanos, isso já é uma história completamente diferente.

Este é um debate muito desafiador para todos nós, acredito que a sociedade civil será capaz de encontrar forma de ter mais provas. Podemos recorrer à ONU, Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP), às constituições dos nossos países, mas precisamos reflectir sobre algumas das nossas estruturas, tornarmo-nos mais proactivos, com menos medo, por vezes é fácil conformarmo-nos.

E as instituições internacionais de Direitos Humanos relativamente a estes dois casos?

Estas instituições internacionais sabem o que deveriam fazer, mas ao mesmo tempo, quando lidamos com governos poderosos, é muito difícil. Sabemos todos que este tipo de vigilância acontece,

“Se sou terrorista e estou sob suspeita, é preciso vigiar-me por um período de tempo, mas vigiar jornalistas, defensores de direitos humanos, isso já é uma história completamente diferente”

Bulanda Tapiwa Nkbowani

é escritora e pesquisadora na área de governança da Internet, direitos digitais e inclusão digital. Co-organizadora do Fórum de Governança da Internet da Zâmbia e alumni da Escola de Governança da Internet em África. Actualmente, é oficial sénior de programa na Paradigm Initiative e lidera o trabalho de Capacitação e Intervenção Política.



mas o que podemos realmente fazer? Onde vamos com estes factos? Vemos a actuação da China e o enorme impacto sobre os DH, mas alguém está a fazer alguma coisa?

Vivemos com câmaras CCTV em todo lado, mas o que é que a sociedade civil pode fazer, além do que já faz que é dar a conhecer, confrontar, influenciar leis e políticas, considerando que os governos sempre levantam a questão da segurança nacional... Este balanço entre as necessidades da segurança nacional e dos direitos humanos... O que prescindimos e o que aceitamos...

Ainda há a inteligência artificial, como coabita com os Direitos Humanos?

É facto que a discussão em torno da Inteligência Artificial (IA) tem sido crescente. A IA já está no nosso dia-a-dia, oferece muitos benefícios e abre caminhos que melhoram a nossa vida, mas mais uma vez, trata-se de atingir o equilíbrio certo. Enquanto se desenvolvem estas tecnologias que salvaguardas dos DH incorporamos, para assegurar que nenhum direito é violado. A CADHP já aprovou uma resolução para estudar como a IA impacta os Direitos Humanos em África. 📍

Texto: **Bunga Filipe**

reflectindo

CIDADANIA DIGITAL

É uma perspectiva nova, mas inevitável, esta de exercer a cidadania num contexto digital, logo mais alargado, plural e acessível. É verdade que nunca como antes os cidadãos tiveram acesso a tanta informação, é também facto que mais informação não se traduz, necessariamente, em maior conhecimento. Mas estarão os cidadãos mais activos devido à tecnologia?

A tecnologia provocou uma mudança sem precedentes no relacionamento entre as administrações públicas e os cidadãos. Algo que ainda não é real e comum em Angola, mas disponibilizou-se o Orçamento Geral do Estado (OGE) e antes disso, fez-se chegar a Internet a todas as capitais de província com mais ou menos sucesso.

Voltando ao efeito de ter documentos como o OGE online e o que isso exigiu, por um lado, reinventar a governação, ainda que com motivações fixadas apenas em projectar uma imagem de modernidade e obrigatoriamente corresponder aos padrões dos doadores/financiadores. Mas desde logo, neste regime fechado e autoritário, os cidadãos mais atentos puderam consultar e analisar o documento e essa atenção suscitou melhorias de ano para ano. Foi possível estudá-lo nas academias, levá-lo às comunidades e integrá-lo em formações com o objectivo de melhorar a participação cidadã.

Mas a transformação digital é antecidida de uma mudança cultural, agora urgente, sobretudo em contextos como o nosso em que a simplificação

*“Desde logo, neste regime
fechado e autoritário,
os cidadãos mais atentos
puderam consultar e analisar
o documento e essa atenção
suscitou melhorias de ano
para ano”*





Fotografia: ©DR

da prestação de serviços públicos ainda está focada em estruturas materiais e procedimentos que continuam a encobrir favorecimentos e corrupção. O decreto do programa Simplifica menciona modernização e soluções inovadoras como quem em 1980, no ocidente, falava do ano 2000.

A cidadania digital pressupõe acesso, transparência e participação, o resultado vantajoso deste ambiente foi, sem dúvida, a alteração radical dos espaços-públicos. A partir do acesso à informação, desenvolve-se consciência cívica local e global e participa-se em novos espaços de debate e troca de ideias.

Os espaços digitais não têm fronteiras, as comunidades virtuais são abertas e há uma nova forma de socializar e como não poderia ser diferente, desenvolve-se uma nova concepção de cidadania, assimilando a existência de identidades transnacionais, uma espécie de cidadania múltipla que não se limita à nacionalidade ou a traços culturais comuns, mas possibilita a participação em contextos alargados, sem excluir os mais próximos.

Este mundo digital em funcionamento já demonstrou entretanto, o quão desafiante está a ser transpor os direitos humanos para este ambiente, quão minada é a confiança do cidadão, relativamente às informações e contra-informações que coexistem neste espaço, logo o nível de consciência cívica é limitado, assim como, a participação que por vezes, resume-se à esfera da utilidade e nem sempre chega à mobilização para a concretização de ideias comuns.

“Quão minada é a confiança do cidadão, relativamente às informações e contra-informações que coexistem neste espaço, logo o nível de consciência cívica é limitado”

Os cidadãos digitais se já existem como tal, poderiam fazer tudo, em teoria e olhando para as ferramentas disponíveis, mas se antes eram maioritariamente desinformados, agora estão cada vez mais alienados, sequestrados pela facilidade e comodidade. Em Angola, tal como nos países governados tiranamente, os media são controlados e os espaços digitais são o último reduto da liberdade, resta saber até quando...🔵

Texto: *Mandele Rocha*